

UMA QUESTÃO DE SOBERANIA

por **Ednardo Benevides**

em 04 de agosto de 2025

A política não é uma ciência exata. As divergências, as problemáticas são uma realidade, realidade essa que no plano nacional, diz respeito apenas aos brasileiros. É preocupante que subsistam posturas de outros países que intentam nos constranger enquanto Estado-nação.

É inconcebível a postura de aliança com agentes externos a fim de criar uma conjuntura desfavorável ao funcionamento das instituições brasileiras. Qualquer manifestação nesse sentido, ou melhor, que se utilize dessa forma deve ser vista com muita cautela. É um alerta.

Quem mais do que os próprios brasileiros sabe o que se passa no próprio país? A quem mais cabe manifestar-se politicamente sobre questões atinentes ao Brasil? A quem teria sido dada a legitimidade para em nome dos brasileiros, insurgir-se contra o cotidiano político brasileiro? Tenhamos esses questionamentos em mente.

O que se constata é uma torrente que desqualifica o Congresso Nacional, no mínimo. Não legitima os próprios representantes. Manifestações nas ruas são legítimas, não se afirma o contrário, mas essas manifestações, se por maioria do povo brasileiro, devem ser obrigatoriamente canalizadas para o Congresso Nacional, especialmente para a Câmara dos Deputados.

Curiosamente, as manifestações das ruas não motivam pautas robustas no Congresso Nacional, crendo que se bastam em si mesmas. Qual a dificuldade em se fazer maioria dentro das casas legislativas?

É preciso relembrar um artigo da Constituição Federal, que quando citado, o é de

forma parcial: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Alguns dos que lideram as manifestações certamente candidatar-se-ão nas eleições de 2026, para integrar essa mesma instituição desacreditada chamada Congresso Nacional. É intrigante que, quando lhes parece conveniente, intentam participar do processo eleitoral. Quando não lhes parece conveniente, menosprezam-no, insistindo em se proclamarem alheios a ele, insistindo ainda na pauta da fraude. Estejamos atentos a essas figuras. É um sinal de alerta.

Sobre a anistia: Se de fato a questão é tão amplamente apoiada pelo povo brasileiro, como sustentam seus defensores, porque motivos ainda não foi votada no Congresso Nacional? Se há resistência dentro do Congresso, como também alegam, qual a razão de ainda não terem proposto um plebiscito, isso é, a consulta direta pelo povo brasileiro de que fala a Constituição Federal? Reflitamos sobre essa inércia.

O que se defende, talvez nem de toda forma inconsciente, é um atropelo das regras. Nesse ambiente de regras, é mister assentar que o anteparo trazido pela Constituição de 1988 é bastante diferente do que aquele que permitiu a anistia em 1979, no ambiente da Emenda Constitucional número 1 de 1969. Usar o contexto político brasileiro pretérito para legitimar uma possível anistia ao tempo de hoje é equivocado, bem equivocado.

É preciso, sustenta-se, defender as regras pré-estabelecidas, e com isso defender a estrutura político-administrativa consubstanciada na Constituição de 1988, documento que cristaliza o fim de um regime de exceção que perdurou no Brasil por mais de 20 anos. Até outro dia, no fatídico 8 de janeiro, intentou-se uma ruptura das regras do jogo, flagrantemente. Contra isso é preciso resistir. Não puni-lo é fomentar eventos dessa lastimável natureza.

O Brasil precisa caminhar, e caminhar significa não repetir os erros do passado. Precisamos reconhecer que aprendemos com os erros, e que a história não é apenas passado. A história é o passado, é o presente e é o futuro, especialmente aquilo que permitimos que aconteça. Contextos políticos de vulnerabilidade são o prenúncio de rupturas institucionais.

O que se revela com o contexto das manifestações é uma forçada legitimidade de uma personalidade que, por si só, vale mais do que todas as instituições, do que todas as regras, como se as regras não se lhe fossem aplicadas. Atenção! É uma demonstração de populismo. Populismo que é um regime obrigatoriamente arbitrário, o qual passa por cima das regras que julga serem inúteis, que podem ser prontamente descartadas por não serem convenientes ao regime.

Ninguém está acima da lei. E mais do que isso, não se insurge contra a arbitrariedade praticando o arbítrio. Ao menosprezar o Congresso Nacional e suas funções, que se defende? O seu fechamento? Percebam o que está dissimuladamente ocultado em levantes populistas, que insuflam a todo e qualquer custo a figura do líder, apelando para motivações psicológicas e especialmente alheia aos fatos.

A alegada exceção do oponente não pode. A exceção que defendem pode, pois partem da premissa de que a verdade deles é mais verdade, ou melhor, a única verdade.

As contradições são muitas: Os que menosprezam o sistema eleitoral insistem em dele participar. Se eleitos, aplaudir-se-ão, mas se derrotados, alegarão fraude, sem qualquer prova, sem qualquer fundamentação. É preciso que estejamos atentos aos discursos de exceção, discursos que apelam para o terror. É o pânico que é o combustível dos regimes de exceção. A história tem exemplos dessa narrativa, que muito amargamente já demonstrou seus frutos.

Não se iludam, não é apenas pela anistia. A pauta verdadeira é apenas uma: Bolsonaro candidato e obrigatoriamente eleito. A todo custo. Apenas isso. O descrédito do processo eleitoral nesse intento é “conditio sine qua non”, pois não se admite a derrota. Não há democracia que lhes seja desfavorável, não há povo brasileiro que lhes seja contrário. Quem se insurgir será prontamente “inimigo da nação”.

Os interesses do Brasil dizem respeito aos brasileiros e são esses interesses que devem ser precipuamente levados em consideração. O Brasil é uma nação livre e soberana. Acordos comerciais que por ventura sejam feitos devem levar em consideração o interesse das partes envolvidas igualmente, deliberados pelo Estado brasileiro. A tentativa de se constranger-nos é um alerta, seja de desmerecer-nos, seja de subjugar-nos. Os que conspiram contra o Brasil não se incomodam com o apequenamento do próprio país.

Não se hasteia mais de uma bandeira de um país em uma manifestação. A bandeira que deve tremular é apenas a bandeira do Brasil. Essa é a essência da atividade cívica. Brasileiros pelo Brasil.

Conspirar contra o Brasil, vibrar para que lhe sejam sofridas perdas é traição à pátria. É qualquer demonstração, menos patriotismo. O país precisa de seus cidadãos consciente do papel que lhes cabe, e que o defendam.

Independentemente da posição no espectro político, é preciso que entendamos que somos todos brasileiros, e nossas diferenças precisam ser resolvidas aqui dentro. Fomentar o constrangimento do Brasil internacionalmente não é postura correta. O meu adversário não é meu inimigo. Estejamos atentos com os que vibram pelo pior cenário para o

Brasil. Esse pensamento nos corrói enquanto nação, enquanto nação soberana. É algo propositadamente feito, certamente.

De toda forma, o intento espúrio não se concretizará. O Brasil sairá, para a alegria de muitos e tristeza de alguns, mais forte e mais coeso. O Brasil soberano, que se insurge contra as forças que o querem tímido, consolida metas de igualdade, de paridade internacional, e no plano nacional assenta que haverá punição àqueles que intentam contra o regime democrático. O devaneio golpista não prevalecerá.